

Paula Pinto Costa*

Poderes: as dimensões central e local

R E S U M O

Uma das actuais áreas de interesse da historiografia é o estudo da história dos poderes, na sequência da revalorização da história política, ocorrida nas últimas décadas. Paralelamente, foram alvo de renovação os estudos que visam a história local, nomeadamente na sua vertente concelhia e na perspectiva do social. A operacionalidade destas duas esferas de poder (central / local) tem sido enquadrada num processo dinâmico e de forma inter-relacionada, como demonstram os mais recentes estudos.

O objecto de estudo do dossier temático deste número da revista da FLUP - História é de uma actualidade historiográfica indiscutível e, como tal, tem sido abordado com alguma persistência em diversos trabalhos de investigação. A produção historiográfica desenvolvida no âmbito concreto deste Departamento de História tem incidido de forma particularmente intensa no domínio do político, destacando-se a organização de poderes e as interacções que lhe são inerentes, que, muitas vezes, conduzem à sua problematização em contextos mais alargados de perfil internacional. Por outro lado, nas últimas décadas verificou-se uma revalorização do político, tanto ao nível da sua estruturação no quadro do aparelho do Estado, como da sua elitização sobretudo na esfera municipal. A vastidão do campo dos *poderes* impede-nos de esboçar um rastreio, ainda que sumário, do que até agora tem sido produzido. Este esforço de sistematização foi feito especificamente para *os caminhos da história do poder*, por Judite Freitas¹, e para algumas áreas que tocam o objecto deste dossier, como é o caso da esfera municipal, de que o balanço é aqui apresentado por Maria Helena Coelho². Assim sendo, não se trata aqui de proceder a uma referência dos trabalhos exarados sobre o assunto em discussão, mas tão somente de reiterar o interesse que um tema desta natureza tem despertado junto da comunidade de investigadores. Ao incluirmos a palavra *poderes* na designação do dossier temático pretendemos fixarmo-nos sobretudo na ambivalência e na diversidade de relações que se estabelecem entre as dimensões central e local, como demonstram os artigos aqui editados.

Como dissemos, tem sido prática corrente o interesse por estas áreas de estudos e, neste sentido, há centros de investigação, dissertações de doutoramento e de mestrado, bem como o

* Professora Auxiliar da FLUP - ppinto@letras.up.pt

¹ FREITAS, 2005.

² Na sequência, por exemplo, de COELHO, 1998.

trabalho individual de muitos investigadores que deveria aqui ser divulgado. No entanto, ao mobilizarmos as pessoas para a colaboração, cingida em prazos pouco flexíveis, dado que se trata do volume correspondente ao ano de 2006 de uma publicação periódica, verificamos que estes constrangimentos não são factores menores e, por vezes, impediram a prestação de alguns dos interessados no projecto. Assim, se compreende, por um lado, a falta de artigos provenientes de algumas das universidades portuguesas a quem é reconhecida capacidade científica nas áreas em apreço e, por outro, que a distribuição cronológica do conteúdo dos textos agora publicados não seja a mais homogénea.

Neste sentido, seja-nos permitida uma referência particular a instituições como o Instituto de História Económica e Social e o Centro de História da Sociedade e da Cultura, ambos da Universidade de Coimbra (promotores de um congresso internacional sobre "Poder local em tempo de globalização", no ano de 2002³), o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (nomeadamente ao projecto "Os grandes debates parlamentares 1822-1974"), e o CIDEHUS sediado na Universidade de Évora. Este último definiu como área de investigação prioritária "O Sul: Dinâmicas sociais e políticas" e pretende estudar a dimensão social dos poderes, através do método prosopográfico aplicado aos universos de elites sociais, tentando perceber, entre outros aspectos, a sua implantação política tanto a nível regional como nacional, num amplo espectro cronológico, que se estende do séc. XIII ao XX⁴. A pertinência do tema sobressai, igualmente, num Curso de Verão dedicado ao "Poder Central, Poder Regional e Poder local", organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1995⁵. Diversas obras recentes rementem-nos para a relação entre os poderes central e local ao longo dos tempos, tanto numa perspectiva mais abrangente⁶, como na abordagem de casos mais particulares⁷, não sendo possível reportarmos-nos a todas elas em particular.

A exploração da temática dos poderes a que temos assistido enquadra-se numa revalorização da história política, ocorrida nas últimas décadas. Como é sabido, esta área do conhecimento foi alvo de algum retrocesso na sequência de certos efeitos produzidos pela escola dos *Annales*, que se apresentou bastante crítica frente à *velha moda* de fazer a história política. Esta última tinha sólidos alicerces na escola metódica e propagava-se através de um género que ficaria conhecido como "história - batalha". Estes estudos apresentavam-se muito fechados sob a realidade portuguesa, padeciam de falta de comparação com outros exemplos estrangeiros, de "uma certa falta de actualização, em termos teórico-metodológicos" e de um afastamento negativo da prática

³ *O poder local em tempo de globalização: Uma história e um futuro*. Coord. Fernando Taveira da Fonseca, 2 volumes, Coimbra: Imprensa da Universidade - Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2005. Destas actas é incluída uma nota de leitura, na respectiva secção desta revista, da responsabilidade de Fernando Taveira da Fonseca.

⁴ Refiram-se alguns projectos e actividades enquadradas nesta linha do CIDEHUS: Instituições, Grupos sociais e formas de apropriação do território no Além - Tejo Medieval (séculos XIII a XV); Administração política do espaço no Sul, sécs. XVI-XVIII; Elites e formas de organização institucional de acção pública no Alentejo, séculos XIX e XX.

⁵ SILVEIRA (coord. e prefácio de), 1997.

⁶ HESPANHA, 1986; MONTEIRO, 1988; BERNARDO, 1992. Com uma dimensão mais ampla, refira-se SILVEIRA (coord. e prefácio de), 1997; RUIVO, 2000.

⁷ OLIVEIRA, 1988; ROCHA, 1996; SARAIVA, 2001; CARIA, 2004.

da interdisciplinaridade⁸. Nos anos 50 do séc. XX, verificou-se um retomar gradual desta temática numa perspectiva renovada⁹. Armando de Carvalho Homem, reportando-se ao caso medieval, não exclui a hipótese de a historiografia portuguesa ter prestado atenção aos novos rumos da história política já desde o séc. XIX, em situações concretas como as ciências histórico-jurídicas, a diplomática, os itinerários régios, as Cortes, as actas de vereação e as fontes subjacentes às crónicas régias. Nesta ordem de ideias, defende que os *Annales* não são um marco de início de uma *nova* história, porque ela resulta de uma evolução anterior¹⁰.

Assim, até meados do séc. XX, a história política afigurava-se de pendor institucional, jurisdicista, positivista e nacionalista¹¹, para no final da centúria se privilegiar a pesquisa sobre o aparelho burocrático do Estado e os oficiais que o animam¹², as Cortes¹³, os concelhos¹⁴, a elitização em torno do poder local¹⁵, a vertente biográfica dos indivíduos que participam da esfera governativa¹⁶, a parceria da História com outras ciências como o Direito¹⁷ e a legislação régia¹⁸ e municipal¹⁹. De resto, a dimensão legislativa é focada neste dossier temático tanto por Armando e Isabel Carvalho Homem, no que toca às posturas da cidade de Lisboa, como por Judite Freitas, que apresenta uma reflexão em torno da tradição legal, codificação e práticas institucionais quatrocentistas. Ainda neste âmbito, Jorge Fernandes Alves aborda a chamada *lei das leis*, atendendo ao caso particular da constituição de 1911. * . . .

Retomando algumas ideias relacionadas com a evolução entre os dois modos de fazer a história política, verifica-se que não há certamente uma barreira que se entreponha entre a *velha* e *nova* fórmula de actuação. Com efeito, o político recupera um lugar favorável entre os Historiadores, "quer alargando o *questionário* a novas temáticas, quer utilizando novas metodologias."²⁰ Esta tendência continuou a progredir e, no final da década de 80 do séc. XX, o retorno do político e das "sociedades políticas" foram assumidos sem hesitações²¹. Neste contexto, a produção

⁸ TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998: 38-43.

* TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998: 66-70.

¹⁰ HOMEM, 2005: 87-101. No seu entender a "nova história política", para a cronologia medieval, é a de R. Cazelles, R.-H. Bautier, B. Guenée, F. Autrand e J.-Ph. Genet.

¹¹ COELHO, 1991: 192-195.

¹² HOMEM, 1990.

¹³ SOUSA, 1987; SILVA, 1993, pela apresentação do caso do Porto como ilustrativo da relação dos concelhos com o poder central em tempos de absolutismo. E muito recentemente

As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, as obras de Maria Helena da Cruz Coelho citadas na bibliografia.

¹⁵ *Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, 2000.

¹⁶ COSTA, 1993 e COSTA, 1999, com destaque para a utilização do método prosopográfico. Numa outra perspectiva, encontra-se, por exemplo, em fase de edição a colecção das biografias dos reis de Portugal, tendo como princípio uma postura renovada, em que a figura nos aparece enquadrada na multiplicidade do seu tempo.

¹⁷ Por exemplo, a *II Semana de Estudos Medievais*, dedicada ao tema *Historiadores e Juris-Historiadores: a identidade e a diferença (Estado, Instituições, Poderes, Saberes: Portugal, sécs. XIII-XVIII)* organizada pelo Instituto de Documentação Histórica / Universidade do Porto (Porto, 14 a 23 de Novembro de 2002).

¹⁸ HOMEM, 1999, p. 111-130.

¹⁹ PEREIRA; MARQUES; COELHO; HOMEM, 2000, p. 281-305.

²⁰ TORGAL; MENDES; CATROGA, 1998: 70.

²¹ HOMEM, 2001: 193.

historiográfica em torno destas questões deu sinais interessantes das novas tendências, tanto na perspectiva do poder central como na do poder local. Inclusivamente, a partir desta altura, foram institucionalizadas linhas de investigação²² e áreas de ensino²³ vocacionadas para a transmissão destes saberes.

Neste sentido de abertura, muitos caminhos de análise têm revelado resultados interessantes. Com efeito, têm-se distinguido a burocracia régia (emergente desde o séc. XIV)²⁴, a diplomática régia e a legislação produzida nestes círculos²⁵. Um produto da reflexão em torno de algumas destas vertentes pode ser encontrado no trabalho "Diplomática e História do Direito, raízes da "Nova" História Política²⁶, que surge na continuidade de um colóquio sobre *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, promovido pela Universidade Autónoma de Lisboa²⁷.

Ao contrário de outros tempos, em que os poderes estavam filiados na história política, hoje em dia, é-lhes reconhecido um campo próprio, que se apresenta muito diversificado²⁸. A este nível, é bastante sugestivo o seminário de doutoramento da Universidade Complutense de Madrid, intitulado "La historia política como historia del poder en el Occidente Medieval: Castilla, 1250-1520", coordenado por J. M. Nieto Soria, na sequência de um vasto "curriculum" neste campo do saber. Os avanços no domínio do conhecimento do político demonstram a necessidade de ponderarmos a complexidade do relacionamento entre *poderes*²⁹. Assim, consoante as épocas que estudamos, podemos inserir nesta esfera de reflexão realidades muito distintas, desde o mundo eclesiástico³⁰, às Ordens Militares, entre outras, como veremos de seguida. O

²² Um dos sub-projectos do Centro de Investigação Histórica / FLUP, no quadriénio 2003-2006, foi intitulado de "Sociedade Políticas e Poderes", dando continuidade a uma tradição de investigação que, ao nível de mestrado e doutoramento, conta com várias dissertações elaboradas sob orientação de Armando Luís de Carvalho Homem, na sequência da sua própria tese de doutoramento (HOMEM, 1990). Atente-se, igualmente, na actividade de investigação afim à temática em apreço realizada no âmbito das 3 linhas de orientação do Instituto de História Moderna da FLUP (uma delas em torno dos *Espaços Marítimos do Noroeste Português*, e que nos remete para o artigo agora publicado da autoria de Amândio Barros, membro desta Unidade de Investigação) e na produção multifacetada do Instituto de História Contemporânea da mesma Faculdade.

²³ Ao nível da Licenciatura em História, a reformulação feita pela FLUP em 2001 manteve um lugar próprio para a História Política com disciplinas enquadradas nas áreas de História Geral e História de Portugal (concretamente, num total de 6 disciplinas). O reforço por estes interesses foi também visível na criação de uma disciplina de História dos Concelhos e do Municipalismo, enquadrada nas Problemáticas de História de Portugal no âmbito das Áreas de Especialização. Uma disciplina com a mesma designação é ministrada no Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Para além destas, urna outra intitulada História das Instituições e dos Poderes integra o plano de estudos da Licenciatura em História e encontra-se integrada na Área de Especialização em Política e Instituições. No ensino pós-graduado, existem seminários afins, como comprova o exemplo já citado do Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, o qual tem paralelismos com o que também é ministrado em Lisboa, e as valências incluídas no Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento da FLUP.

²⁴ HOMEM, 1996.

²⁵ Elenco em PEREIRA; COELHO; MARQUES; HOMEM, 2000, p. 281-305 e DIAS, 1987, sobre um aspecto mais específico.

²⁶ HOMEM, 2005: 87-101.

²⁷ Coordenado por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem e respectivas actas editadas em 1999.

²⁸ HOMEM, 1998; VENTURA, 2003.

²⁹ Designação utilizada por HOMEM, 2001: 198.

³⁰ MARQUES, 1999: 217-256.

caso destas últimas instituições é abordado neste dossier tanto na óptica interna do poder da Milícia de Avis, que condiciona a mobilidade observada no seu contexto (por Maria Cristina Cunha), como numa perspectiva mais relacionada com a postura destes institutos frente ao poder monárquico, nomeadamente no papel que desempenharam na definição da fronteira portuguesa em tempos medievais (por Paula Pinto Costa). Neste enquadramento de interacção entre diversos poderes, os municípios³¹, a esfera de actuação dos oficiais da escrita³², o mundo empresarial³³, constituem incursões fundamentais para aferir da relação entre o central e o local. Assim, se justifica que neste dossier sejam, também, focados aspectos como a importância dos entrepostos comerciais marítimos nos nossos contactos externos e nas nossas finanças (por Amândio Barros), e as preocupações higio-sanitárias ocorridas no nosso país, como explana João Cosme.

Entre este panorama diversificado de interlocutores com o poder central, o caso mais apelativo entre a comunidade de historiadores portugueses é o municipal, pelo cruzamento que oferece de oficiais próprios e régios, pela sua representação em Cortes, pela actuação das elites enquanto agentes mediadores entre o local e o central, pela operacionalidade da legislação, entre múltiplos outros vectores. Este interesse tem dado origem a múltiplos trabalhos e a sínteses, tanto na área dos principais conhecimentos adquiridos³⁴, como às que se revestem de um timbre historiográfico sobre os mesmos³⁵.

Como já afirmou Maria Helena da Cruz Coelho, Portugal era um reino "entre poderes"³⁶. Neste cenário podem identificar-se diversos níveis, que se estendiam desde o rei aos concelhos, tendo entre si as comarcas, os julgados e os almoxarifados e, no plano eclesiástico, as dioceses³⁷. Esta organização desenhada na época medieval vai ser legada aos tempos subsequentes, acusando algumas debilidades que os marcarão, como o carácter pouco regional que demonstra. Desde logo, nas cronologias mais recuadas, "a implantação de modelos administrativos emanados do poder régio não se apresentava como uma tarefa fácil" e o seu impacto ao nível das estruturas do poder local nem sempre era o esperado³⁸. A estes problemas acrescentava-se a ineficiência da actuação dos oficiais régios, agudizada pela promiscuidade com os da terra. Tanto quanto se começa a perceber por alguns estudos, há inclusivamente situações em que os ditos oficiais régios eram de origem local, o que, por si só, constitui um obstáculo ao saudável funcionamento do aparelho político-administrativo³⁹.

Nesta malha administrativa, o plano regional é quase inexistente, na opinião de diversos historiadores⁴⁰. Central e local constituem dois percursos com perfil próprio, mas impossíveis

³¹ COELHO, 1999b, entre outros.

³² COELHO, 2004.

³³ ALVES, 2006.

³⁴ COELHO; MAGALHÃES, 1986; COELHO, 1996, p. 554-584.

³⁵ HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988, com uma secção sobre história urbana; MORENO; DUARTE; AMARAL, 1991; COELHO, 1999a.

³⁶ COELHO, 1989: 105-135; COELHO, 1990; COELHO, 1997.

³⁷ HOMEM, 2002: 73-102.

³⁸ ANDRADE, 1999, 180-186.

³⁹ FERREIRA, 1993.

⁴⁰ MONTEIRO, 1996: 101.

de dissociar e, por isso mesmo, enquadrados num processo dinâmico do ponto de vista da sua inter-operacionalidade. Exemplos muito citados são a representação em Cortes ou os oficiais de nomeação régia com actuação ao nível local. Outro paradigma desta parceria é o problema das jurisdições senhoriais, debatido desde os tempos medievais, sendo aqui dado a conhecer o caso concreto de Vila do Conde na época moderna, por Amélia Polónia. A tutela da coroa é exercida sobre os senhorios jurisdicionais e sobre os concelhos, onde actuam oficiais de nomeação régia em diversas áreas, como por exemplo corregedores e juizes de fora, ambos bastante contestados desde o seu aparecimento na época medieval. As elites que assumem a governação ao nível local mimetizam as práticas burocráticas do aparelho central e personificam a relação mantida entre estes dois pólos de poder⁴¹.

Apesar de as dinâmicas de relacionamento entre o poder central e o local serem bastante diversificadas, no que toca aos agentes que as corporizam, parece-nos primordial destacar o papel desempenhado pelas comunidades concelhias a este nível, o que está em sintonia com o elevado número de referências bibliográficas que constam no artigo de M. H. Coelho publicado neste dossier. De facto, o poder local, na sua vertente concelhia, é uma das áreas mais prolixas do domínio historiográfico português das últimas duas décadas.

Todos são unânimes ao identificarem Alexandre Herculano como o pioneiro nos estudos sobre o municipalismo. Depois deste, outros contributos provenientes tanto da História como do Direito permitiram-nos conhecer informações sobretudo relacionadas com a origem das comunidades concelhias e o quadro de oficiais que aí operavam. Como já referimos, nos últimos anos, o paradigma de aproximação a estas questões foi alterado, assim como foi paerfeçoada a utensilagem metodológica e documental, indagando-se preferencialmente a esfera do social, ou seja, a caracterização e os objectivos dos grupos que agem nestes meios. Neste sentido, Inês Amorim, no texto que agora publica, aplica alguns destes vectores ao concelho de Cambra. O amplo plano das representações simbólicas do poder é outro aspecto que tem sido investigado. Assim, têm merecido atenção, por exemplo, os discursos proferidos em Cortes⁴², a materialização das imagens do poder e a festa, com especial relevo para a procissão do *Corpus Christi*, pela encenação de poderes que tem a seu cargo e, também, pela sua existência multiseular, têm despertado o interesse de certos historiadores, que têm aqui encontrado pistas de reflexão sobre a actuação de diversos poderes⁴³. Recentemente, e num caminho convergente, a história urbana e das elites que interagem neste cenário, também elas urbanas pelo perfil da documentação que se conserva nos arquivos portugueses, têm sido uma abordagem integrada na história dos poderes⁴⁴.

Muito embora, algumas das questões que levantamos sejam ilustradas recorrendo à medievalidade, não deixa de ser uma evidência científica o seu prolongamento óbvio para os tempos modernos. Estas permanências históricas, associadas às tendências globalizantes que a

⁴¹ COELHO, 1999b: 292.

⁴² SOUSA, 1985.

⁴³ Entre outros, GONÇALVES, 1984/1985, para o caso so Porto; COSTA, 2006, reportando-se ao contexto bracarense.

⁴⁴ *Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, 2000.

todos os historiadores marcam na sua forma de fazer a história, independentemente da época em que se especializam, têm um grande lugar no entendimento destes assuntos em épocas mais próximas de nós. O próprio debate sobre os municípios, no conturbado contexto político do séc. XIX português, foi muitas vezes centrado na questão da "centralização *vénus* descentralização administrativa"⁴⁵. Em termos genéricos, a evolução histórica herdada desde a medievalidade acentuou o centralismo político-administrativo do aparelho do Estado nos tempos da monarquia constitucional, possibilitou a fraca autonomia política dos municípios durante a República, a emergência do carácter corporativo dos mesmos durante o Estado Novo, o debate em torno da regionalização no final do séc. XX, ou mesmo, o papel que lhes está reservado num tempo onde os efeitos da globalização se fazem sentir todos os dias⁴⁶. Como se pode constatar, qualquer destes tópicos é de capital importância no estudo da ambivalência entre o central e o local. No entanto, para além desta relação bi-polar, actualmente, para melhor conhecer os *Poderes* nas suas *dimensões central e local* impõe-se o alargamento do nosso horizonte à escala europeia, como sugere o artigo da autoria de Gisela Machado.

Face à vastidão das questões apontadas, podemos concluir pela abrangência do político e a interdisciplinaridade que a sua compreensão reclama. Saliente-se, porém, que as leituras dos *poderes* que aqui se apresentaram de forma sumária, restringem-se à esfera dos *mandantes*, sendo, por vezes, muito difícil auscultar a interpretação formulada pêlos *mandados* a propósito destes universos. Substituindo esta e outras lacunas que os trabalhos do futuro procurarão atenuar, sublinhe-se, de uma maneira geral, a internacionalização da nossa historiografia, o enriquecimento da reflexão teórica e metodológica visível nos trabalhos que têm sido desenvolvidos, também possível pelo domínio sobre um volume documental cada vez mais alargado.

Em relação ao conteúdo dos artigos agora editados, o campo de incidência privilegiada foi Portugal, muito embora, estas questões sejam comuns a outras realidades situadas além da nossa fronteira, como, por vezes, deixam a descoberto os paralelismos salientados em diversas notas de rodapé. Apesar de a Idade Média constituir a nossa cronologia preferencial, o que justifica que o elevado número de exemplos que escolhemos para ilustrar este texto a ela se reportem, pode-se verificar que um processo muito semelhante se registou nos estudos que incidem em cronologias mais próximas da actualidade, pois, em última análise, o que aqui está em causa são as formas subjacentes à História que fazemos. Neste sentido, uns dos actuais paradigmas indaga o político, o poder, o social, admitindo o carácter abrangente desta última designação, o qual nos poderá conduzir a campos muito diversificados de análise. A este último aspecto será de acrescentar a frequência com que o termo *poder* é usado no plural, ou seja, *poderes*, sendo incorrecto confinarmos estas abordagens apenas à história política. Numa época como a nossa, questionada por grandes desafios e problemas, que busca identidades e renovações constantes, talvez seja possível encontrar na ambivalência das dimensões central e local coordenadas que projectarão a nossa acção no futuro com maior eficiência.

⁴⁵ MONTEIRO, 1996: 21.

⁴⁶ OLIVEIRA, 1996: 179 e segs.

Para terminar, e reiterando o carácter actual do tema proposto para este dossier e em função da reflexão que aqui apresentamos, verifica-se que muitos outros contributos poderiam aqui ter sido reunidos, não fossem os condicionalismos de tempo e a multiplicidade de solicitações que a todos constroem. Aos que colaboraram de forma directa, e também àqueles que manifestaram adesão a este projecto, muito embora não tendo conseguido enviar os textos no prazo recomendado, dirigimos o nosso apreço.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 2006 — *A indústria no Vale do Ave*. Porto, FLUP, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?nivel1=Trabalhos%20de%20docentes&nivel2=Indústria%20no%20Vale%20do%20Ave&id0=7&id=75&sum=sim>
- As Cones e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254. *Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, 1992 - *A reconstrução do Estado e os poderes locais 1834-1842*, Tese de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica pela Universidade de Évora, Évora.
- CARIA, Susana Cristina Rodrigues, 2004 - *As relações de poder entre a Administração Central e a Administração Local na Área Metropolitana de Lisboa (1976-2001)*, Tese mestrado policopiada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989 - "Entre poderes". *análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos*. "Revista da Faculdade de Letras. História", II série, vol. VI. Porto, p. 105-135.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 - *Homens, espaços e poderes: sécs. XI-XVI*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1996 - *Concelhos* in "Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV", coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de "Nova História de Portugal", dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, p. 554-584.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1997 — *O poder na Idade Média: um relacionamento entre poderes* in "Poder Central, Poder Regional, Poder Local: uma perspectiva histórica", coord. Luís N. Espinha da Silveira. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 25-46.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1998 — *O poder concelhio em tempos medievais. Balanço historiográfico* in "O município no mundo português. Seminário internacional". Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, p. 49-62.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1999a - *A História e a Historiografia Municipal Portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época Medieval* in "O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional. Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do Projecto PRAXIS XXI", Braga, Universidade do Minho, p. 37-55.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1999b — *O Estado e as Sociedades Urbanas* in "A Génesis do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval", coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 269-292.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2004 — *Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal medieval (XIVe et XVe siècles)*, in "Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift zum 60. Geburtstag von Dieter Berg, herausgegeben von Rphaeía Averkorn, Winfried Eberhard, Raimund Haas und Bernard Schmies, Bochum, p. 313-334.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1986 - *O Poder Concelhio. Das origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica.

- COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da, 1993 – “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, Câmara Municipal.
- COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da, 1999 – *Projeção espacial de domínios: das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, ed. policopiada, Lisboa, Universidade Aberta.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2006 – *Das festas religiosas ao luto por D. Sebastião no âmbito da vereação de Braga (1578)* in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, Porto, FLUP, vol. 4, p. 217-231.
- DIAS, João José Alves, 1987 – *A comunicação entre o poder central e o poder local: a difusão de uma lei no século XVI* in Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira, Sep. Da Pré-História à História, [Lisboa]: Delta.
- Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, 2000.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1993 – *Gerir e Julgar na Idade Média, Subsídios para o estudo dos oficiais públicos*, Braga, Arquivo Municipal - Câmara Municipal de Guimarães.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de Freitas, 2005 - *Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970-ca 2000)*. “Anais. Série História”, IX/X, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 231-266.
- GONÇALVES, Iria, 1984/1985 – *As festas do “Corpus Cristi” do Porto na segunda metade do século XV, a participação do concelho*. “Estudos Medievais”, Porto, 5/6, p. 69-89.
- HESPANHA, António Manuel, 1986 – *Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime*. “Ler História”, 8, p. 85-90.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1990 – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1996 – *Para uma abordagem da burocracia régia em Portugal, séculos XIII-XV*. “Revista Portuguesa de História”, 31, p. 225-242.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1998 – *Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média*. “Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda”, 3 (Maio), p. 39-68.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1999 – *Estado Moderno e Legislação régia: Produção e Compilação Legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)* in “A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval. Ciclo de Conferências”, Lisboa, Universidade Autónoma, p. 111-130.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2001 – *O Medievismo em Liberdade: Portugal, Anos 70 / Anos 90*. “Signum”, Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais, nº 3, p. 174-175.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; ANDRADE, Amélia Aguiar; AMARAL, Luís Carlos, 1988 – *Por onde vem o Medievismo em Portugal?* “Revista de História Económica e Social”, nº 22, Jan./Abr., p. 115-138.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1988 - *Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno: séculos XVII e XVIII* in Actas dos IV cursos Internacionais de Verão de Cascais, Cascais: Câmara Municipal.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1996 – A representação do Reino. A debilidade dos corpos intermédios e o inexistente regional in *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, p. 101 e segs.
- MORENO, Humberto Baquero; DUARTE; Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos, 1991 — *História da Administração Portuguesa na Idade Média – um Balanço*. “Ler História”, 21, p. 35-45.
- O poder local em tempo de globalização: Uma história e um futuro*. Coord. Fernando Taveira da Fonseca, 2 volumes, Coimbra: Imprensa da Universidade - Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2005.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo, 1988 - *Aristocracias locais e poder central: o exemplo bracarense: 1750-1809*. “Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto”, vol. 8, Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, César (dir.), 1996 – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.

- PEREIRA, Isáfas da; MARQUES, José; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho Homem, 2000 - *Diplomatique municipale portugaise (XIIIe-XVsiècles)* in "La Diplomatique urbaine en Europe au Moyen Age. Actes du Congrès de la Commission Internationale de Diplomatique", Gand, 25-29 août 1998", publiées para W. Prevenier e Th. de Hemptine, Louvain/ Apeldoorn, Garant, p. 281-305.
- ROCHA, Filomena Raquel Guerra dos Reis Teles da, 1996 - *O Porto e o poder central na segunda metade do século XV: estudo e publicação dos capítulos especiais da cidade*, Tese mestrado policopiada, Universidade do Porto.
- RUIVO, Fernando, 2000 - *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes local e central em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SARAIVA, Jorge António Lima, 2001 - *Sociedade e instituições locais: relações entre o Poder Central e o Poder Local*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1993 - *O Porto e as cortes no século XVII ou os Concelhos e o poder central em tempos de absolutismo*. "Revista da Faculdade de Letras História", II Série, Vol. X, Porto: Faculdade de Letras.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord. e prefácio de), 1997 - *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- SOUSA, Armindo de, 1985 - *O discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385*. - "Revista da FLUP História", II série, II, p. 9-54.
- SOUSA, Armindo de, 1987 - *As Cortes Medievais Portuguesas. 1385-1490*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando, 1998 - *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Vol. II. Temas e Debates.
- VENTURA, Margarida Garcez, 2003 - *Estudos sobre o poder (séculos XIV-XVI)*, Lisboa, Colibri.